

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.075 - SP (2018/0342294-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : TGSP-7 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
OUTRO NOME : BROOKFIELD SPE SP-7 S.A
ADVOGADOS : DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - SP214918
RAMON GERALDO PORTES E OUTRO(S) - SP365283
ADRIANA DE OLIVEIRA SOUSA - SP393521
AGRAVADO : MAYARA LADEIRA
ADVOGADO : AMÉRICA SAVINI E OUTRO(S) - SP210151
INTERES. : DEL FORTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL APONTADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. QUANTUM. REEXAME NA HIPÓTESE. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por TGSP-7 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. Direito do consumidor. Contrato de compra e venda de imóvel. Atraso na entrega das chaves. Sentença de parcial procedência.

Recurso da construtora requerida.

RESPONSABILIDADE. Atraso incontroverso, para além do prazo de tolerância previsto no contrato. Legalidade da aludida cláusula reconhecida na sentença, não havendo recurso da parte autora neste particular. Culpa exclusiva da empreiteira, a qual não demonstrou a ocorrência de fato apto a justificar a mora de 7 meses na entrega da unidade habitacional.

DANO MORAL. Efetiva configuração, não se tratando, à evidência, de mero descumprimento contratual.

Superior Tribunal de Justiça

Indenização mantida em R\$ 10.000,00, eis que adequada ao caso concreto e compatível com a jurisprudência desta Colenda Câmara. Alegação de “bis in idem”. Não configuração. Penalidade prevista em contrato (indenização mensal de 0,5% do valor do imóvel) refere-se à compensação pelos danos materiais, sendo equiparável, na verdade, aos lucros cessantes e foram corretamente indeferidos na sentença recorrida. Ausência de identidade entre as indenizações.

JUROS DE OBRA. Indevida incidência dos juros sobre o financiamento em período anterior ao recebimento do imóvel pela autora. Valores não seriam cobrados caso a construtora tivesse cumprido o avençado. Jurisprudência.

SUCUMBÊNCIA. Empreiteira permaneceu vencida na demanda. Honorários sucumbenciais majorados de 10% para 15% do valor da condenação.

RECURSO IMPROVIDO. (fl. 426)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente, alegando a violação do art. 944 do Código Civil e divergência jurisprudencial no que tange à cumulação de multa contratual com danos morais sustentou, em síntese, que “a susceptibilidade exacerbada da Recorrida não dá suporte à verba reparatória abrangendo os danos morais, pois o que efetivamente ocorreu foram percalços vinculados à própria forma da relação negocial, ou seja, aborrecimentos do cotidiano.” [sic] (e-STJ fl. 450).

Contrarrazões às fls. e-STJ 468-476.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

No tocante à suposta divergência jurisprudencial em relação à cumulação de multa contratual com danos morais o recurso não pode ser conhecido uma vez que o conhecimento do recurso especial pela alínea “c” do permissivo constitucional exige a **indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente** e a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos

Superior Tribunal de Justiça

confrontados, o que não foi observado pela parte ora agravante.

Considera-se, assim, deficiente, a teor da Súmula 284 do STF, a fundamentação recursal.

Nesse mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA N.

284 DO STF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. O conhecimento do recurso especial exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.

2. O recurso especial fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional deve indicar o dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e demonstrar a similitude fática entre os acórdãos confrontados.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1032274/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 02/09/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA A. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DO DISPOSITIVO DE LEI TIDO POR VIOLADO. INADMISSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 284 DO STF. MATÉRIA PACIFICADA NA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 168 DO STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA AOS QUAIS SE NEGA SEGUIMENTO.

1. É imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea a quer pela c.

2. Não cabe, em sede de embargos de divergência, a revisão do juízo de admissibilidade feito pelo acórdão embargado, que considerou parte das questões não prequestionadas, bem como indemonstrado o dissídio jurisprudencial.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2009, DJe 17/12/2009) - grifei

Superior Tribunal de Justiça

Em relação ao valor fixado a título de indenização por danos morais, não pode ser conhecida a pretensão recursal em virtude da incidência do óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

É cediço que a intervenção desta Corte Superior para a modificação do *quantum* indenizatório somente é admitida em situações de arbitramento ínfimo ou exagerado. Esta, porém, não é a hipótese dos autos. O Tribunal de origem manteve o valor da indenização em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais.

Neste sentido, uma vez constatado, no caso concreto, que não houve desrespeito à razoabilidade na fixação do *quantum* indenizatório, e que nem mesmo se distancia do bom senso e dos critérios recomendados pela doutrina e pela jurisprudência desta Corte, não se justifica, *in casu*, a excepcional intervenção desta Corte Especial a fim de revisar o valor da indenização por danos morais.

Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. ATO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. DANO MORAL 'IN RE IPSA'. OCORRÊNCIA. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO COM BASE NO CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. DESCABIMENTO. SUMULA 07/STJ. INCIDÊNCIA. (...)

3. O valor da indenização por danos morais deve ser fixado com moderação, considerando a realidade de cada caso, sendo cabível a intervenção da Corte quando exagerado ou ínfimo, fugindo de qualquer parâmetro razoável, o que não ocorre neste feito. (...)

6. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no Ag 1387520/SC, Minha relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 20/03/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO MORAL. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EXISTÊNCIA DE OFENSA À HONRA OU À

Superior Tribunal de Justiça

DIGNIDADE DA PARTE. DANO MORAL CONFIGURADO. REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPEDIMENTO DA SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME. INADMISSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. (...) 4. A análise da insurgência contra o valor arbitrado a título de indenização por danos morais esbarra na vedação prevista no mesmo enunciado. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a quantia fixada, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso concreto. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 557.622/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 31/08/2015, grifei).

Ressalte-se ser, do mesmo modo, inviável em sede de recurso especial, alterar as conclusões do Tribunal de origem acerca da própria existência de danos morais na hipótese, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Assim, não procedem as alegações recursais.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Considerando a prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, de 15% para 20% do valor da condenação (e-STJ fl. 431), nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator